



Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

MEMÓRIA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 18 de outubro de 2019

Horário: 9h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, José Roberto Bueno Junior, dando início aos trabalhos discorreu sobre os assuntos da pauta, passando, em seguida, a palavra ao Presidente do CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que cumprimentou as autoridades presentes e ressaltou a presença do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araujo e do Ministro de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicações, Marcos Pontes, destacando, em seguida, a presença do Secretário-Executivo do Ministério de Infraestrutura, Marcelo Sampaio, que passará a compor o Colegiado.

Informou que esta é a reunião que antecede o maior leilão a ser realizado de petróleo e gás no País, que ocorrerá no dia 6 de novembro, com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro e convidou todos os membros do Colegiado para estarem presentes no Rio de Janeiro para celebrar este grande evento.

Ressaltou que o leilão A-6 foi realizado hoje em São Paulo e foram contratados 91 empreendimentos de geração em 15 estados garantindo investimento de R\$ 11,2 bilhões. Informou que o preço médio ao final das negociações foi de R\$ 176,09 por MWh, com deságio de 39,5% em relação aos preços-tetos estabelecidos. Destacou ainda, que a economia estimada para os consumidores nos próximos 20 a 30 anos, com as contratações do leilão, será de R\$ 22,4 bilhões com previsão de geração de 21 mil empregos.

2 – MATÉRIA PARA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

O Secretário-Executivo do CNPE, de acordo com os termos regimentais, passou a palavra a Secretária de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Renata Beckert Isfer, que apresentou proposta de resolução que “Autoriza a criação de Grupo de Trabalho para tratar da exploração e produção de petróleo e gás natural na Extensão da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas náuticas”.

Iniciou a apresentação informando que é direito do Brasil a exploração da plataforma continental, sendo exclusivo e independente da sua ocupação, real ou fictícia, ou de qualquer declaração expressa. Destacou a existência de diversos prospectos para além das 200 milhas, na extensão da Plataforma Continental Brasileira, ressaltando que há oferta de blocos nessa condição para inclusão na 17ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural na modalidade de concessão.

Segundo a Secretária, a criação do Grupo de Trabalho tem por objetivo avaliar as regras internacionais para exploração e produção na plataforma continental para além de 200 milhas náuticas e propor medidas para sua regulamentação, mantendo a atratividade dos blocos que serão ofertados.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE concedeu a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições, passando, em seguida, à leitura da proposta de resolução. Secretário-Executivo do CNPE concedeu a palavra ao convidado, Diretor-Geral de Navegação da Marinha, Alte Esq Campos, que sugeriu aos Conselheiros a inclusão, no inciso II do artigo 1º da proposta apresentada, do termo “implementação” logo após a expressão “...sua regulamentação...”, apresentando argumentos técnicos que foram recebidos pelos membros do Conselho.

Ato contínuo, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a resolução proposta com a inclusão do termo sugerido pelo Diretor-Geral de Navegação da Marinha, Alte Esq Campos, em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

Dando prosseguimento, o Secretário-Executivo do CNPE passou a palavra ao Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Décio Oddone, que apresentou proposta de resolução que “autoriza a realização da 17ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural na modalidade de concessão”.

Iniciou a apresentação informando que serão ofertados 128 blocos em 5 bacias sedimentares marítimas: Pará-Maranhão (8 blocos), Potiguar (14 blocos), Campos (15 blocos), Santos (17 blocos) e Pelotas (74 blocos), totalizando 64,1 mil km² de área.

Informou ainda, que a rodada contempla bacias de fronteira e áreas de alto risco exploratório, inclusive em Santos e Campos e, visando melhorar a atratividade da rodada e iniciar processo de exploração além da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) na região do Platô de São Paulo, a proposta final inclui áreas não indicadas na Resolução CNPE nº 10, de 2018.

Na sequência, o Secretário-Executivo do CNPE fez a leitura da proposta de resolução e concedeu a palavra aos Conselheiros para apresentação de contribuições.

Após os debates sobre a proposta, os membros do Conselho aprovaram, por unanimidade, a resolução proposta em conformidade com os termos do Acórdão nº 816 - TCU – Plenário, de 18 de abril de 2018.

3 – MATÉRIAS PARA APRESENTAÇÃO

O Secretário-Executivo do CNPE, de acordo com os termos regimentais, passou a palavra a Diretora do Departamento de Gás Natural da Secretária de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Symone Christine de Santana Araujo, que apresentou aos Conselheiros, conforme definido na Resolução CNPE nº 16, de 24 de junho de 2019, o atendimento dos seguintes compromissos: a) constituição do comitê de monitoramento da abertura do mercado de gás natural; b) modelagem da governança, monitoramento e avaliação do Novo Mercado de Gás; e c) relatório trimestral.

Iniciou a apresentação fazendo um relato sobre a Resolução CNPE nº 16, de 2019, que “Estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural e dá outras providências”. Destacou que a resolução traz, entre outras determinações, que: a) em até 60 dias sejam definidas a governança de informações necessárias ao monitoramento, bem como formato e periodicidade de seu encaminhamento; e b) seja disponibilizado relatório trimestral simplificado com o status de cada uma das medidas definidas pelo CNPE.

Segundo a Diretora Symone Araujo, o Decreto nº 9.934, de 2019 marca o lançamento do novo mercado de gás, tendo por finalidade monitorar a implementação das ações necessárias à abertura do mercado de gás natural e propor ao CNPE eventuais medidas complementares, podendo constituir grupos de trabalho com duração não superior a um ano.

Por fim, discorreu sobre a linha do tempo, desde o lançamento do novo mercado do gás em julho de 2019, até a divulgação do Plano de Trabalho do Grupo de Integração dos Setores do Gás e Elétrico, ressaltando que até o momento, a Petrobras cumpriu, antes do prazo, com todos os compromissos assumidos perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade. Informou ainda que toda a documentação, referente ao relatório trimestral de acompanhamento da abertura do mercado de gás natural, está disponível no Caderno de Notas que foi distribuído aos Conselheiros e convidou a todos os presentes para participarem do workshop: Mercado de Gás Natural no Brasil, que será realizado nos dias 22 a 24 de outubro, no Ministério de Minas e Energia.

4 - ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, apresentou e fez a leitura das resoluções que foram expedidas pelo Presidente do CNPE, com base no artigo 18 do Regimento Interno: - Resolução nº 19, de 5 de setembro de 2019, que “Altera a Resolução nº 18, de 17 de dezembro de 2018, que autoriza a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP a realizar a Sexta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção e aprova os seus parâmetros técnicos e econômicos”; - Resolução nº 20, de 6 de setembro de 2019, que “Altera a Resolução CNPE nº 6, de 17 de abril de 2019, que aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos Volumes Excedentes ao Contrato da Cessão Onerosa para realização da Rodada de Licitações sob o regime de Partilha de Produção”; - Resolução nº 21, de 13 de setembro de 2019, que “Estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras nos blocos da Sexta Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção”; e - Resolução nº 22, de 20 de setembro de 2019, que “Altera a Resolução nº 18, de 29 de agosto de 2019, que institui o Comitê de Avaliação do Abastecimento de Combustíveis Aquaviários”.

Informou que foi encaminhada previamente para apreciação dos Conselheiros, a minuta da Memória da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2019, e como não houve nenhuma manifestação dos Conselheiros, considera-se aprovada a Memória por unanimidade.

Finalizando, informou que tanto a Memória quanto os três Acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU, abordando interesses do CNPE, encontram-se no Caderno de Notas distribuído aos Conselheiros.

Na sequência, passou a palavra ao Presidente do Conselho, Ministro Bento Albuquerque, para suas considerações finais.

O Presidente do CNPE, concedeu a palavra aos membros do Conselho para suas considerações.

O representante da Sociedade Civil, especialista em matéria de energia, Plínio Nastari, sugeriu a criação de um grupo de trabalho, composto pelos Ministérios de Minas e Energia, Economia, Ciência e Tecnologia, Defesa, Infraestrutura, Relações Exteriores, GSI, e ANP, para apresentar ao Conselho, estudos sobre a possibilidade de liberar parte dos recursos provenientes dos leilões como medida de proteção das reservas.

Após os debates sobre a proposta do representante da Sociedade Civil, Plínio Nastari, o Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, solicitou que a proposta fosse enviada à Secretaria do CNPE nos moldes do §5º do artigo 13 do Regimento Interno.

O Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, agradeceu ao Ministro Bento Albuquerque pelo convite para integrar o Conselho e fez um breve relato sobre os navios de regaseificação de gás.

O Presidente do CNPE, agradeceu a presença de todos os membros do Conselho e demais participantes e destacou a performance do Colegiado na deliberação dos temas de grande relevância para o País.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Secretário-Executivo do CNPE, José Roberto Bueno Junior, com registro do agradecimento a todos os presentes.